

PROGRAMAS DE PROVAS
CARGOS NÍVEL C

PORTUGUÊS:

Interpretação de texto. Noções de linguagem, língua e fala. Denotação e conotação: funções da linguagem. Texto e discurso. Intertextualidade e polifonia. Textualidade: coesão e coerência. Variação linguística. Tipos de variação: dialetos e registros. Formalidade e informalidade. Tipos e gêneros textuais. Conhecimentos gramaticais. Norma padrão escrita da língua portuguesa. Grupos vocálicos, divisão silábica, ortografia. Estrutura de palavras. Flexões do substantivo e do adjetivo. Verbos: classificação, conjugação, predicação; Emprego dos tempos e modos verbais. Pronomes: classificação e seu emprego. Palavras homônimas, parônimas, cognatas e sinônimas. Propriedade vocabular. Estrutura da oração e do período. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Sintaxe de colocação. Pontuação.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BECHARA, Evanildo. Gramática escolar da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

KOCH, Ingedore V. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 2010.

KOCH, Ingedore V e ELIAS, Vanda. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008.

FÁVERO, Leonor L. Coesão e coerência textuais. São Paulo: Ática, 2009.

FÁVERO, Leonor L., ANDRADE, Maria Lucia C.V.O.e AQUINO, Zilda G.O. Oralidade e escrita. São Paulo Cortez, 2000.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.

TRAVAGLIA, L. C. Gramática e interação – uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1996.

LEGISLAÇÃO:

1. Regime jurídico dos servidores públicos civis da União – Lei 8.112 de 1990 e suas alterações.
2. Ética no Serviço Público – Decreto 1.171 de 22 de junho de 1994

ESPECÍFICA DO CARGO:

CARGO: AFINADOR DE INSTRUMENTOS MUSICAIS / PIANO

1. Estrutura e funcionamento do piano (vertical e de cauda): móvel, mecanismo, cordas, tábua harmônica e cavaletes, pedais;
2. A escala musical: intervalos, série harmônica, ressonâncias;
3. Afinação: altura, frequência, batimentos, afinação justa, temperamento, temperamento igual, técnica de chave;
4. Entonação: agulhamento, lixamento, recursos químicos;
5. Reparos diversos em pianos de cauda e verticais;
6. Padrões de regulação: espaçamento, altura, nivelamento e profundidade das teclas, posicionamento dos martelos, distância de ataque, pós-toque, escape, abafadores, pedais.

PROVA PRÁTICA DE AFINADOR DE INSTRUMENTOS MUSICAIS / PIANO

Nos termos do item 6.8, o candidato terá 90 (noventa) minutos para fazer uma avaliação e a afinação de um piano de cauda. Após esse tempo, o candidato terá mais 20 (vinte) minutos para apresentar à banca o parecer técnico acerca do instrumento, apontando sua situação e possíveis correções. Logo após a exposição, a banca se reunirá para avaliar o trabalho realizado pelo candidato.

CARGO: AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

Significado da Administração: conceitos, objetivos, evolução histórica, organizações, eficiência e eficácia. O processo administrativo: planejamento, organização, influência, controle. Planejamento: fundamentos, tomada de decisões, ferramentas. Organização: fundamentos, estruturas organizacionais tradicionais, tendências e práticas organizacionais. Influência: aspectos fundamentais da comunicação, liderança, motivação, grupos, equipes e cultura organizacional. Administração pública: modelos de gestão patrimonialista, burocrática e gerencial e o processo de mudança na Administração Pública brasileira. Gestão pública: governabilidade, governança, accountability e ética.

NOÇÕES DE ARQUIVO

Conceitos fundamentais da arquivologia. Princípio Proveniência. Teoria das Três Idades de Arquivo. Gestão de documentos. Protocolo. Instrumentos de Gestão de Documentos. Plano de Classificação. Tabelas de Temporalidade. Arquivos Permanentes. Arranjo. Descrição.

COMPRAS E LICITAÇÕES

Noções de direito administrativo: compras e licitações. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Decreto, nº 5.450, de 31 de maio de 2005. Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013. Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Decreto nº 5.504, de 5 de agosto de 2005. Estabelece a exigência de utilização do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para entes públicos ou privados, nas contratações de bens e serviços comuns, realizadas em decorrência de transferências voluntárias de recursos públicos da União, decorrentes de convênios ou instrumentos congêneres, ou consórcios públicos.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Sistemas Operacionais, conhecimentos básicos (MS-Windows ou Linux). Editores de Texto (MS-Word, OpenOffice-Writer ou Google-Docs). Planilhas Eletrônicas (MS-Excel, OpenOffice-Calc ou Google-Docs). Navegação na Internet (MS-Internet Explorer ou Mozilla-Firefox). Correio Eletrônico (MS-Outlook Express ou Google-Gmail).

Sugestões bibliográficas:

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à administração. 2ª. Edição compacta. Revista e Ampliada. São Paulo: Atlas, 2011.
MATIAS-PEREIRA, José. Manual de gestão pública contemporânea. 4ª. Ed. Revista e Atualizada. São Paulo: Atlas, 2012.

NOÇÕES DE INFORMATICA

Manuais e opções de ajuda dos produtos citados no Programa.

COMPRAS E LICITAÇÕES

Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 20 ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm

Decreto, nº 5.450, de 31 de maio de 2005. Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm

Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm

Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013. Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm

Decreto nº 5.504, de 5 de agosto de 2005. Estabelece a exigência de utilização do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para entes públicos ou privados, nas contratações de bens e serviços comuns, realizadas em decorrência de transferências voluntárias de recursos públicos da União, decorrentes de convênios ou instrumentos congêneres, ou consórcios públicos.

http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5504.htm

NOÇÕES DE ARQUIVOS

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 3ª versão revista e ampliada.

Arquivo Nacional (Brasil). Conselho Nacional de Arquivos. Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos as atividades-meio da administração pública. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

Disponível: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>

CARGO: CONTRAMESTRE / CIVIL

- Controles administrativos e de pessoal.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT -NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Construção passo a passo, volumes 1 a 4. São Paulo: Pini, 2013.

GUEDES M. F. – Cadernos de Encargos. São Paulo: Pini, 2009.

MEYER R. F.T. - Apostila Mão a obra. Associação Brasileira de Cimento Portland.

Norma Regulamentadora 18 (NR 18). Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção. Ministério do Trabalho e Emprego.

Norma Regulamentadora 18 (NR 18). Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção. Ministério do Trabalho e Emprego.

Resolução CONAMA N° 307/2002- "Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil".

YÁZIGI W. – A Técnica de edificar. São Paulo: Pini SindusCon, 2009

CARGO: CONTRAMESTRE / INSTALAÇÕES

1. Instalação e manutenção de sistemas de hidráulicos prediais – água fria, água quente, esgoto, águas pluviais e incêndio;
 - 1.1. Componentes (torneiras, conexões, tubulações, caixas de gordura, ligações, bombas);
 - 1.2. Instalações (regras de execução, manutenção);
 - 1.3. Normalização (execução e segurança do trabalho).
 - 1.4. Atividades avaliadas: instalações em banheiros, cozinhas, saunas, piscinas, sacadas, aquecimento solar e a gás, e áreas abertas.
2. Instalação e manutenção de sistemas elétricos e de telecomunicações prediais:
 - 2.1. Componentes (tomadas, interruptores, eletrodutos, condutores, caixas de distribuição, luminárias);
 - 2.2. Instalações (regras de execução, manutenção);
 - 2.3. Normalização (execução e segurança do trabalho);
 - 2.4. Atividades: instalações de interruptores simples, three way e four way; montagem de circuitos; sistemas de aterramento residencial e industrial; instalações de luminárias; instalações elétricas para eletrodomésticos; sistema de proteção contra descarga atmosférica, instalação de telefones, instalação de interfonos, instalação de antenas, montagem de padrão elétrico.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT NBR 5410. Instalações elétricas de baixa tensão. 2008.

CARVALHO JÚNIOR, Roberto de. Instalações hidráulicas e o projeto de arquitetura 7.ª ed. - São Paulo: Blucher, 2013. 89 p.

CEMIG. Manual de instalações elétricas – 2003. Disponível em:

<http://www.cemig.com.br/Search/Results.aspx?k=Manual%20de%20instala%C3%A7%C3%B5es%20el%C3%A9tricas>.

COELHO, Ronaldo Sergio de Araújo. Instalações elétricas: sistemas prediais de energia elétrica, proteção contra descargas atmosféricas e telefonia. São Luís: Ed. Gráfica Prisma Ltda., 2013. 418 p.

GONÇALVES, Orestes Marraccini. Execução e manutenção de sistemas hidráulicos prediais. São Paulo: PINI, 2000. 190 p.

NORMA REGULAMENTADORA - NR 10 - Segurança em instalações e serviços em eletricidade. Ministério do Trabalho. Brasil. 2014. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm>.

NORMA REGULAMENTADORA - NR 18 - Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasil. 2014. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm>.

NORMA REGULAMENTADORA - NR 23 - Proteção Contra Incêndios. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasil. 2014. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm>.

NORMA REGULAMENTADORA - NR 26 - Sinalização de Segurança. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasil. 2014. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm>.

NORMA REGULAMENTADORA - NR 33 - Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasil. 2014. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm>.

NORMA REGULAMENTADORA - NR 35 - Trabalho em altura. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasil. 2014. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm>.

VIANNA, Marcos Rocha. Instalações hidráulicas prediais. 4 ed. Nova Lima, MG: Imprimatur, Artes, 2013. xiv, 316 p.